

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.273.463 - PR (2011/0201523-5)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
EMBARGANTE : MESSIAS BERARDINELLI
ADVOGADO : EDUARDO CHAMECKI E OUTRO(S) - PR036078
EMBARGADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - PGF

DECISÃO

Cuida-se de embargos declaratórios opostos por MESSIAS BERARDINELLI contra a decisão de e-STJ fls. 403-412.

Defende a parte embargante, com amparo no art. 1.022, inciso II, do CPC, a existência de omissão, ao argumento de que, embora tenha sido deferido o benefício da assistência judiciária, o embargante foi condenado ao pagamento das custas e honorários advocatícios, sem que tenha sido determinada a suspensão da exigibilidade prevista no art. 98, §3º do CPC.

Requer o acolhimento dos embargos de declaração, de modo a sanar a omissão ora apontada.

Intimada (e-STJ fl. 424), a parte adversa não se manifestou (e-STJ fl. 428).

É o relatório.

DECIDO.

Nos limites estabelecidos pelo art. 1.022 do CPC, os embargos de declaração destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade ou eliminar contradição eventualmente existentes no julgado combatido, bem como a corrigir erro material.

Neste sentido, os seguintes arestos da Corte Especial:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AGRAVO INTERNO JULGADO IMPROCEDENTE POR UNANIMIDADE. MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO CPC. CABIMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS.

1. Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos declaratórios são cabíveis nas hipóteses de haver omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão embargada.

2. No caso dos autos, há omissão no julgado. Isso porque o acórdão negou provimento ao agravo interno por unanimidade, sem contudo se manifestar quanto à incidência da multa do art. 1.021 do Código de Processo Civil.

3. O art. 1.021, § 4º, do CPC estabelece que é cabível a aplicação de multa ao agravante quando o recurso for declarado manifestamente inadmissível ou improcedente em votação unânime, que dever ser fixada esta entre um e cinco por cento do valor atualizado da causa.

Embargos de declaração acolhidos com efeitos infringentes.

(EDcl no AgInt no RE nos EDcl no AgInt no AREsp 475.819/SP,

*Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, CORTE ESPECIAL,
julgado em 07/03/2018, DJe 23/03/2018)*

PROCESSUAL CIVIL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 03/STJ. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO JULGADO. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA JÁ DECIDIDA. IMPOSSIBILIDADE.

1. Os embargos de declaração têm a finalidade simples e única de completar, aclarar ou corrigir uma decisão omissa, obscura ou contraditória. Não são destinados à adequação do decisum ao entendimento da parte embargante, nem ao acolhimento de pretensões que refletem mero inconformismo, e, menos ainda, à rediscussão de questão já resolvida. Precedentes.

2. A análise das razões recursais revela a pretensão da parte em alterar o resultado do julgado, o que é inviável nesta seara recursal.

3. Tendo em vista que tanto o acórdão proferido no agravo interno quanto os acórdãos proferidos nos embargos de declaração anteriores já haviam se manifestado de forma clara e fundamentada sobre as questões acerca das quais a embargante alega omissão, é de se reconhecer o manifesto propósito protelatório dos presentes aclaratórios a atrair a incidência da multa prevista no art. 1.026, § 2º do CPC/2015, fixada, na hipótese, em 1% sobre o valor atualizado da causa.

4. Embargos de declaração rejeitados, com imposição de multa. (EDcl nos EDcl nos EDcl no AgInt nos EDcl nos EREsp 1491187/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, CORTE ESPECIAL, julgado em 07/03/2018, DJe 23/03/2018)

No caso posto, de uma releitura dos autos, verifica-se que, de fato, por ocasião da decisão de e-STJ fl. 348, foi deferida ao embargante o benefício da gratuidade de justiça.

Todavia, tal ressalva não constou do dispositivo da decisão ora embargada, autorizando, portanto, a retificação na presente via integrativa.

Ante o exposto, **acolho os embargos de declaração**, para acrescentar na parte final do dispositivo da decisão de e-STJ fls. 403-412, a determinação de suspensão da exigibilidade da condenação do segurado ao pagamento das custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 12, da Lei n. 1.060/1950, aplicável à hipótese.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator